

---

---

# A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

---

---

Hetienne Vieira e Araujo 5  
Edna Duarte Souza 6

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o desenvolvimento escolar das pessoas com deficiência. Tem por objetivo discutir a importância da família para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem do estudante da educação especial a partir de uma cooperação mútua com a escola. Entende-se que é bastante complexa essa questão, mas que, conforme os teóricos estudiosos do assunto, trazem benefícios não só a pessoa com deficiência, mas para toda a equipe multidisciplinar e interdisciplinar que convivem com ela, além de beneficiar a família e os outros colegas de sala. A problemática se centraliza sobre qual a importância da participação da família na escola para o sucesso da promoção da aprendizagem de alunos com deficiência? A metodologia utilizada para obter as informações foi a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória para informações teóricas sobre a participação da família na escola. Foi realizada análise qualitativa numa avaliação subjetiva no contexto pessoa com deficiência e/ou não, na escola regular, para o desenvolvimento das relações sociais e talentos. Fundamentou-se nos respectivos autores: Cezar-Ferreira, (2004), Szymanski (2001), Rego (2003), Nogueira, Romanelli, e Zago, (2000) e Mantoan (1997). Diante do exposto, compreende-se que é preciso unir família e escola, exercer a práxis da educação inclusiva e educação especial que impulse o espírito de cooperação entre ambas e resgatem valores essenciais à promoção do desenvolvimento físico, cognitivo e social do educando, como o amor, o respeito, a espiritualidade e a capacidade de cumprir compromissos, ter responsabilidade, e até mesmo uma melhor qualidade de vida e dignidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola. Família. Educação Especial.

---

<sup>5</sup> Acadêmico (a) do Curso de Pós-graduação em Docência e Inovação na Educação Básica pela UEG.

<sup>6</sup> Professor Orientador, docente efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Campus Quirinópolis.

## INTRODUÇÃO

Este artigo sobre a importância da participação da família para a melhoria do processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência é parte das exigências para a conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Docência e Inovação na Educação Básica” oferecido e desenvolvido pelo Curso de Pedagogia da UEG Campus Quirinópolis. A temática da educação especial surgiu pelo contato da pesquisadora como professora de apoio, trabalhando com alunos portadores de deficiência, que frequentam uma Escola Estadual.

Nota-se, pelas pesquisas, que escola e família são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, ambas surgem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos dos sujeitos, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo um comprometimento intrínseco com o processo ensino-aprendizagem.

Pesquisar sobre a participação da família de pessoas com deficiência na escola justifica-se pela necessidade de maior conscientização da escola e das famílias sobre os benefícios dessa parceria e trabalho conjunto para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência visto que oferece mais apoio ao processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação inclusiva e concomitantemente contribui para o desenvolvimento do aluno no decorrer de seu processo educacional.

A partir dessas considerações apresenta-se a situação-problema: qual a importância da participação ativa da família na escola para o sucesso da promoção da aprendizagem de alunos com deficiência?

Objetiva-se, assim, neste artigo, apresentar a importância da família para o êxito do processo de ensino-aprendizagem do estudante da educação especial, a partir de uma parceria com a escola, visto que essas duas instituições são responsáveis por formar cidadãos autônomos e de “prontidão” ao exercício da construção da tríade-autonomia, identidade e cidadania. A interação família-escola é, sem dúvida, o pilar para o desenvolvimento integral do ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais. É preciso, pois, promover a participação da família na escola, no intuito de alavancar a qualidade de ensino do discente participante da educação inclusiva e especial e criar vínculo de

comprometimento dos familiares na educação do filho referente ao âmbito escolar.

As metodologias aplicadas para a formação do corpus da pesquisa foram a bibliográfico-exploratória na seleção de artigos, sites teses, resenhas, livros mediante leitura com fichamentos, grifos, caracterizar conceitos na contextualização da pesquisa numa sistemática de conhecimentos a partir de um processo dinâmico e seletivo contextual. O método qualitativo, uma vez que permite uma relação entre o mundo real e a subjetividade, o que não se traduz em números (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Este artigo científico procura salientar que antes de educarem as crianças, é necessário essencialmente reeducar os pais para que venham valorizar o conhecimento e principalmente, o filho que eles incluem na escola, e todos os processos de ensino coadjuvantes da formação integral dos aprendizes.

Sabe-se pela pesquisa teórica que a resposta para o problema elencado não está somente em uma ou outra instituição, mas sim em sua integração, sua concomitância e acompanhamento mútuo e constante. Aponta-se, no decorrer do artigo, diversas situações em que a união entre família e escola é imprescindível para a otimização do ensino-aprendizagem e do desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. A escola pode não ser a redentora de todos os impasses sociais, mas, continua sendo ainda a melhor alternativa e/ou solução para edificar a personalidade e o caráter do ser humano. Essas afirmações foram encontradas na pesquisa teórica sobre esses temas, dentre os quais destacam-se os principais autores: Marques, (2001), Martins, Giroto, e Souza, (2013), Mendes (2002) Possa, (2014) e Freire (1987).

## **1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A Educação Especial no Brasil ganhou maior relevo com a Constituição Brasileira de 1988. Segundo a Constituição Federal no seu art. 205: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido em incentivo com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Conforme instituído pela Constituição, é obrigação do estado, da família e da sociedade educar “todos”, assim, entende-se que a educação escolarizada também é um direito de todos, inclusive das pessoas com deficiência, que antes eram educados em Instituições de Educação Especial. Essas instituições eram separadas do ensino regular. Existiam, então, na sociedade, as Instituições de

Educação Especial diferentes das Escolas Regulares para educação escolarizada das pessoas com deficiência.

Em seguida tem-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/1996), que regulamentou dispositivo da constituição, instituindo no Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A LDB n. 9.394/1996 regulamenta o dispositivo do Art. 1º que apresenta a educação como processo formativo, o que deve ser desenvolvido na vida em família, convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa no contexto de movimentos sociais, organizações civis e manifestações culturais.

A família é uma relevante instituição de aprendizagem das pessoas com deficiência. É a família a base das primeiras experiências que se constitui na primeira cultura que lhes é transmitida. É um agente de socialização primária que se inicia desde o nascimento e se estende vida afora nos hábitos, costumes, linguagem, maneiras de pensar, sentir e agir, além dos valores culturais e morais.

O Art. 4º da LDB 9394/1996 determina que o “dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Pela Constituição de 1988 no artigo 205 a educação é um direito de todos, ficando o Estado e família responsáveis por promover o desenvolvimento do aprendiz às práticas da cidadania, além de integrá-lo ao mercado de trabalho. Integra-se a expressão “todos” à educação das pessoas com deficiência. Nesse aspecto, a LDB 9394/96 no artigo 4º esclarece que fica sob a responsabilidade do Estado, o atendimento às pessoas com deficiência, tendo a escola pública como meio institucional para acolher os estudantes com necessidades especiais educacionais gratuitamente. Apesar da força da lei, ainda percebe-se que não há inclusão de modo ideal. A inclusão ocorre quando existe um tratamento de respeito, oportunizando ao aprendente à sua dignidade, autonomia e maior independência, além de conviver com outros e sociabilizar.

No Art. 58 da LDB 9394/96 está explicado sobre o que seria a educação especial, nos termos desta Lei, Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 2o O

atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, s. p.).

Conforme Brasil (1996) a educação especial, deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. O atendimento educacional especializado em classes, escolas ou serviços especializados, deve observar sempre a limitação quanto aos aspectos psicocognitivos, biopsicológicos, afetivos e emocionais, visando sua integração social e suas habilidades no processo ensino-aprendizagem. Há que centrar o ensino no aprendiz observando sua capacidade de apreensão e assimilação, o que implica numa mudança significativa na prática pedagógica na sala de aula.

A família e a escola são duas instituições que dão suporte ao processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência; atuando como propulsores e/ou inibidores do crescimento físico, intelectual e social. A escola é o espaço em que o educando passa grande parte de sua vida. A instituição escolar procura atender às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais do aprendiz com deficiência de maneira mais estruturada e com metodologias mais adequadas que o ambiente familiar.

Em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2001) há necessidade de centrar o ensino e a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas competências e habilidades em lugar de centrá-los nos conteúdos conceituais, o que implica mudança significativa na escola.

Outrossim, não existe inclusão verdadeira, e a educação especial na prática sem promover de fato as adaptações curriculares de grande e de pequeno porte propostas pelo próprio Ministério de Educação (MEC), em outras palavras, só se aprende a incluir, incluindo o educando, tratando-o com respeito, como sujeito digno de aprender e passar experiências e conhecimentos aos outros alunos, todos ganham com a inclusão efetiva (POSSA, 2014).

## **2 AS CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL**

De acordo com Gomes (1994) a família é considerada como uma relevante instituição de aprendizagem dos alunos da educação especial, uma vez que, esta instituição é o suporte de suas primeiras experiências que constitui o capital cultural que lhes é transmitida. Ainda conforme o autor a família é um agente de socialização primária por transmitir às crianças, desde o nascimento padrões de comportamento, hábitos, costumes, padrão de linguagem, maneiras de

pensar, de agir, de se expressar, enfim, um intercâmbio cultural de convivência e troca de valores.

Na medida em que os pais passam a serem participantes ativos dos eventos e encontros realizados, são estimulados e passam a participar e contribuir em prol da otimização do desempenho escolar de sua criança, facilitando e beneficiando o trabalho dos educadores (MARQUES, 2001).

## **2.1 A relação família e escola**

Na perspectiva de Rego (2003), a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, visto que, corroboram e influenciam a formação do cidadão, são os pilares do desenvolvimento humano, principalmente nas fases iniciais deste, uma vez que as crianças assimilam muito mais pelos exemplos dos adultos do que pela oratória. São um reflexo do que aprendem como modelo prático, imitam o que convivem e demonstram suas ações e aprendizagens em qualquer ambiente.

Nesse sentido, a interação entre escola e família, visa facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento humano na perspectiva da educação especial, pois forma uma equipe capacitada e sujeita a um processo de educação continuada capaz de supervisionar as ações do educando/filho incluso na educação especial, não para “sufocá-lo” de compromissos e doutrinas petrificadas a serem cumpridas com autoridade, mas para orientá-lo a conviver de modo harmonioso com o próximo e prepará-lo intelectualmente para seguir seu projeto de vida (CEZAR-FERREIRA, 2004).

Mantoan (1997, p. 07) ressalta que a “inclusão é como o caleidoscópio, ou seja, precisa de todos os pedaços para formar as figuras”. Assim são as crianças que precisam de ambiente variado e de ajuda de todos para desenvolver uma sociedade sem limites. Todos -família e escola - têm obrigação de contribuir com o ensino-aprendizagem de qualidade, oportunizando possibilidades ao desenvolvimento na educação inicial e o ensino fundamental que, já inicia habilidades de aprendizagem. É imprescindível levantar a abordagem de que quando os pais participam da vida escolar dos filhos, estes aprendem mais e melhor. A família tem um papel extremamente relevante na construtividade do sucesso ou do fracasso escolar, à proporção que funciona como um grupo afetivo responsável por grande parte da formação cultural, do caráter e identidade dos educandos (MARQUES, 2001).

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos dos sujeitos, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social. A instituição escolar constitui-se um contexto no qual as crianças investem seu tempo, envolve-se em

atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais, como pesquisa, leitura dirigida, atividade lúdica e aos espaços informais de aprendizagem intervalo, momento da refeição, excursões, teatro, computação, atividades de lazer. Neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança assistida pela educação especial é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica que no ambiente de casa (FERREIRA; MARTURANO, 2000).

Ainda com embasamentos na união entre família e escola Semensato; Bosa apud Schmidt (2013 p. 92-93) reforçam que:

[...] uma aliança precisa começar a se estabelecer entre a família e o profissional da saúde, não importando ser este um médico, um psicólogo ou um fonoaudiólogo. Essa aliança configura-se como uma parceria na qual o profissional começa a fazer parte dessa caminhada com a família, no sentido de buscar o melhor atendimento específico para aquela criança. [...] além, dos profissionais da saúde, a escola também tende a ser vista como um importante recurso auxiliar no desenvolvimento da criança, como apoio no manejo de certas rotinas desgastantes e como uma forma de ligação entre pais e alguns serviços.

É necessário ainda impulsionar o espírito de cooperação entre família e escola, e resgatar valores essenciais à promoção do desenvolvimento físico, cognitivo e social do educando do ensino especial, como o amor, o respeito, o afeto, a espiritualidade e a capacidade de cumprir compromissos, ter responsabilidade. Para tanto faz-se necessário uma articulação entre família e escola objetivando o êxito do educando (MENDES, 2002).

Nesta perspectiva, a convivência no lar não é único suporte de formação do indivíduo, no qual a criança tem oportunidade de ter experiência e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento (FORMIGA, 2004). A interação entre família e escola quando próximas acarreta em resultados diretamente proporcionais a esta parceria, as conseqüências deste vínculo são percebidas no comportamento dos alunos, em sua convivência com os outros e na sua avaliação diagnóstica.

A educação especial se desenvolve melhor quando o educando se sente seguro e confiante de que existem pessoas que o apoiam, que o direciona para o caminho da aprendizagem, o corrige, incentiva e mostra exemplos de vida saudável. É preciso construir uma parceria entre família e escola, troca de experiências que sejam benéficas ao aluno com deficiência, entre outras atividades pode-se estimular a educação desportiva, a música, utilizar o recurso dos jogos e sempre adotar um contexto lúdico.

### 3 O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A instituição escolar não pode ser encarregada de efetivar a educação sozinha, uma vez que a família é encarregada de educar o filho em uma primeira instância. Por outro lado, deve ser no campo escolar que ocorre o comprometimento de exercer funções de ação coletivas e principalmente de gerar responsabilidade no aluno, organizar as suas atividades acadêmicas e despertar no sujeito um senso crítico-reflexivo, capaz de torná-lo um cidadão competente para conviver com o ambiente fora da escola (SZYMANSKI, 2001).

Paulo Freire (1987) defende que é função da escola, por via do processo educativo, conscientizar o educando e sua família da sua condição na sociedade em que vivem para que a liberdade de tomar decisões e a educação integral se efetive. Uma forma pela qual a escola pode contribuir para o desenvolvimento desta conscientização é por meio do envolvimento dos pais e alunos nos processos de tomada de decisão da escola, até mesmo na participação da gestão escolar.

A escola estabelece regras para a coletividade cria vínculos afetivos e parâmetros de convivência com um público oriundo de uma multiplicidade cultural, nesse aspecto ao mesmo tempo em que une os alunos por normas a serem cumpridas, impõe limites a serem respeitados e se torna desafiadora aos discentes contemporâneos.

A escola segundo Nogueira; Romanelli; Zago (2000) corresponde ao espaço da escrita, da alfabetização e letramento, onde “as crianças aprendem a ler, para ter acesso ao saber do qual ela é repositária; é nela que aprendem a escrever para poder transmitir informações e, eventualmente, divulgar o conhecimento aprendido” (p.3). Nessa perspectiva à proporção que a escola une o saber científico institucionalizado escolar à cultura e experiências empíricas familiares, consegue ampliar os horizontes dos acadêmicos, projetando-os para a possibilidade de um melhor desempenho para os alunos e maior afetividade e qualidade no envolvimento familiar.

É necessário que se realize uma força-tarefa de toda a equipe escolar que promova a superação das dificuldades que surgem para desacelerar o processo de ensino-aprendizagem. A escola deve promover reuniões pedagógicas, tomar a iniciativa de realizar encontros constantes, realizar palestras com os pais, criar momentos de distração e entretenimento, como um lanche coletivo, um dia da beleza para as mães, e da pesca para os pais, no sentido de atraírem a atenção deles para os conflitos da escola, para os problemas que os filhos convivem e devem superar. Abrindo-se para apoiar as famílias como forma de promover a



integração dos mesmos ao seu trabalho, a participação nos conselhos de classe e na formulação do projeto político pedagógico também é imprescindível.

A equipe multidisciplinar reconhece e se compromete com o histórico do educando com necessidades educacionais especiais, estabelece um diálogo aberto com os pais e os outros profissionais da equipe multidisciplinar, identifica e analisa as causas e motivações do aluno não aprender e quais os fatores que dificultam o processo de ensino-aprendizagem tem mais chance de acelerar o desenvolvimento social e cognitivo deste aprendiz. Prestar assistência e dedicação ao contexto do educando, gera benefícios para o foco do trabalho, que é a promoção integral do discente da educação especial. Pequenos avanços diariamente a este aluno são enormes perspectivas quanto ao processo de ensino-aprendizagem mediante estratégias de atuação em promover competências e habilidades no aprendiz

### **3.1 A formação de professores para atender a pessoa com deficiência**

O autor Freire (1996) explica que o professor tem um papel muito importante na motivação dos alunos. Cabe a ele realizar essa tarefa.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção, ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p. 47).

Logo, o educador deve incentivar os discentes a serem sujeitos epistêmicos e terem autonomia, mas sempre com a supervisão do grupo gestor das atividades escolares e considerando o conhecimento prévio do aluno. Pois, o processo de ensino-aprendizagem é ativo e contínuo, demandando uma parceria constante entre pais e professores.

Na Resolução CNE n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”, no Art. 5º, assegura que:

O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que: I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica; § 3o A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais,

sociais, econômicas e o conhecimento sobre desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando: II -conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas (BRASIL, CNE, 2002).

Conforme resolução do Conselho Nacional de Educação de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais pra a formação dos professores na educação básica em nível superior no art. 5º deixa explícito que o Projeto político pedagógico de cada curso leva em conta que a formação deve garantir a constituição de competências na educação básica; deve garantir à aquisição de conhecimentos referentes às diversas etapas dessa, deve-se oportunizar ao debate mais amplo, envolvendo situações culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano, além da própria docência. O ensino deve contemplar conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, incluindo também, os educandos com necessidades especiais e os indígenas, enfim, na realidade, toda criança é de inclusão.

Avaliação deve ser processual e não punitiva, ou seja, por princípios democráticos, dialógicos com princípios onde o estudante possa alcançar a sua autonomia e espírito crítico, o educador deve conseguir identificar as particularidades de cada educando o professor inclusivo é formado mediante cursos oficinas educação continuada, especialização (MANTOAN, 2006).

A escola vivencia atualmente uma crise de valores, visto que, incluir não é só deixar o aluno frequentar a sala de aula, mas sim, promover no sujeito uma formação integral e condições para que ele se promova no seu processo de ensino-aprendizagem, a escola que tem que se ajustar na realidade presente e não o estudante se adequar a escola.

O ensino regular se caracteriza por várias limitações e obstáculos a respeito de como atuar com o aprendiz. É essencial as instituições especializadas habilitem profissionais capacitados em neuropsicopedagogia ou da área da educação inclusiva para trabalhar o educando com esta especialidade de ensino e apoiar o profissional a realizar educação continuada com o objetivo de resolver os grandes impasses.

Os educadores da educação especial e da educação inclusiva buscam justificativa para a negligência da família na responsabilidade de educar os filhos e participar nas ações escolares, nas próprias condições adversas de trabalho, afinal, precisam de instrumentos teóricos e práticos para desenvolver uma crítica social, institucional e pedagógica efetiva.

Segundo Gutierrez; Catani (2000):

[...] o universo da escola é particularmente complexo e específico; o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual como ele se vê, e não apenas como eu o vejo a partir da minha especificidade (GUTIERREZ; CATANI apud FERREIRA; MARTURANO, 2000, p. 74).

Nesse sentido, os pais partem do pressuposto de que, tampouco necessitam participar da educação escolar dos filhos quando estes vão bem na escola preferem confiar nos professores e deixar para eles a tarefa de ensinar o currículo escolar. Por um lado, as relações entre pais e filhos em casa podem ser mais agradáveis quando não envolvem exigências escolares, testes e dever de casa. Por outro lado, para os pais, interessar-se pela educação dos filhos não significa cuidar apenas da parte acadêmica, isto é, do sucesso escolar, pois a educação, do ponto de vista da família, comporta aspectos e dimensões que não estão incluídas no currículo escolar.

Schmidt (2013) afirma que o profissional da educação inclusiva, independentemente de sua especialização, deve fazer uma parceria com a família a fim de promover e/ou facilitar o processo de estimulação e desenvolvimento da criança do ensino inclusivo.

Nesse enfoque, é essencial que as instituições especializadas habilitem profissionais capacitados em neuropsicopedagogia ou da área da educação especial e inclusiva para trabalhar com o aluno desta modalidade de ensino, auxiliem os profissionais a realizarem uma educação continuada, no intuito de sempre estar em aprendizagem, e também uma educação permanente, com o objetivo de resolver os impasses que surgirem no cotidiano e na experiência e convívio com o aluno da melhor forma possível, com paciência e na minimização de problemas maiores. É preciso que a escola foque no tratamento para cada criança, tornando assim o aprendizado bem mais específico e eficiente (FERREIRA; MARTURANO, 2000).

Por conseguinte, as propostas metodológicas de ensino para aprendizes com necessidades educacionais especiais e atividades flexibilizadas tendem a variar de acordo com suas necessidades e transtorno, cada criança precisa de um atendimento diferenciado com metodologias apropriadas a suas necessidades. O educador deve respeitar suas limitações, porém, não pode ser negligente e deve elaborar um planejamento eficiente e flexível ao educando autista com atividades que incentivam e promovam estímulos que induzirão a superação dos limites.

Durante as aulas, deve manter o foco de sua atenção e sensibilidade neste aluno, com o auxílio de um assistente, cuidador ou professor de apoio. Esta

atitude implica numa reflexão acerca das possíveis metodologias que a criança com necessidades educacionais especiais consiga assimilar, nessa conjuntura, o educador deve utilizar a sensibilidade visual e auditiva, flexibilizar o conteúdo, adotar ferramenta de estímulo, enfim, planejar suas atividades de forma que possa promover competências e habilidades no educando. Essa ação resulta em uma maior compreensão do aluno do ensino especial e uma aprendizagem mais significativa, lúdica e prazerosa (MARQUES; MARQUES, 2003).

Conforme Martins; Giroto; Souza (2013), no ensino regular existem ainda várias limitações e impasses sobre como atuar com o aprendiz com transtorno global de desenvolvimento em decorrência da precariedade dos sistemas e da falta de recursos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), salas superlotadas, ambiente físico desfavorável e falta de preparação pedagógica e continuada do professor, e ainda, a falta de equipe multidisciplinar e interdisciplinar.

## CONCLUSÃO

Percebeu-se que os progenitores são responsáveis por desenvolver na criança aspectos da espiritualidade, moral e ética. Os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as necessidades humanas básicas são atendidas e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Ao profissional da educação especial, educação inclusiva e o neuropsicopedagogo, além de outros profissionais pertencentes à equipe multiprofissional, cumprem-lhe as tarefas pedagógicas de planejar, organizar, flexibilizar e controlar as atividades da educação especial. Deve oportunizar ao aprendiz controlar as atividades de ensino, criando condições para que sejam capazes de dominar, conscientemente, os conhecimentos, além de desenvolver as iniciativas, a independência de pensamento e a criatividade.

A práxis docente deve ser organizada e direcionada para educar a todos os alunos em sala de aula, ou seja, coletivamente, além disso, todos os alunos são inclusos, não somente os alunos da educação especial. O fundamental na educação não é acumular informações, mas desenvolver competências e habilidades e formar o sujeito para a plena cidadania é fundamental que a escola também cumpra sua função social.

Uma educação se solidifica quando o educando se sente seguro e confiante de que existem sujeitos que o apoiam, que o direcionam para o caminho certo, o corrigem, incentivam e mostram exemplos de vida saudável, logo é

preciso uma parceria entre escola e família para focar nas potencialidades do aluno da educação especial, oferecer suporte a este.

Nesta perspectiva, a importância da participação da família na escola para a promoção do processo de ensino-aprendizagem dos educandos da educação especial se concentra na união entre ambas às instituições, a fim de promoverem a autonomia, a construção identitária e o exercício da cidadania aos aprendizes da educação especial na educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução CNE n. 1, de 18 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Artigo 205. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 6, p.81-95, 2004.
- FERREIRA, M. C. T., & MARTURANO, E. M. Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000.
- FORMIGA, N. S. O tipo de orientação cultural e sua influência sobre os indicadores do rendimento escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Ed. 28. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, J. V. Socialização primária: tarefa familiar? *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 54-61, 1994.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MANTOAN, M.T.H. *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Senac, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- MARQUES, C. A.; MARQUES, L. P. Do Universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L. F. E. C. P. (Org.). *Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MARQUES, R. *Professores, família e projeto educativo*. Porto, PT: Asa, 2001.
- MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca SOUZA, Claudio Benedito Gomide de (Org.). *Diferentes olhares sobre a inclusão*. São Paulo: Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S., CRISTIL, S. (Org.). *Escola Inclusiva*. São Carlos: UFSCar, 2002, v.1, p. 61-85.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclo, apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- NOGUEIRA, Marialice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (org.). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- POSSA, Leandra Böer (Organizadora). *Educação, inclusão e qualidade*. Santa Maria, RS: UFSM, Centro de Educação, 2014.
- REGO, T. C. *Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SCHMIDT, Carlo. *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- SZYMANSKI, H. *A relação família-escola: desafios e perspectivas*. Brasília (DF): Plano; 2001.